



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - MDSA**



# **CENSO SUAS 2016**

# **CONSELHOS**

**MANUAL DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DE  
Conselhos Municipais e Estaduais de Assistência Social**

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

**RECOMENDA-SE A LEITURA PRÉVIA DESTE MANUAL PARA O  
CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO**

**Brasília, 2016.**

## APRESENTAÇÃO

O Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, como dispõe o [Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010](#).

O presente manual é um guia para o preenchimento correto do questionário Censo SUAS 2016 dos Centros de Convivência, que deve ser preenchido pelos Municípios e Distrito Federal.

O período de preenchimento do questionário eletrônico dos Centros de Convivência se inicia no dia de **26 de setembro** e se encerra no dia **18 de novembro de 2016**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos em papel antes do preenchimento no sistema eletrônico. Dessa maneira, assegura-se que, no momento de inserir os dados no sistema eletrônico, todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis.

Para enviar as informações ao Ministério, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>.

O MDSA recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico. O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município pelo prazo de 5 (cinco) anos.



### Atenção!

A senha de acesso para o preenchimento do questionário eletrônico deve ter perfil de usuário **cadsuas.município** ou **cadsuas.estado**

Para preencher o questionário eletrônico do CENSO SUAS 2016, os responsáveis devem utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS. Para que o acesso ao questionário eletrônico seja liberado, é necessário que o responsável pelo preenchimento tenha perfil de acesso ao CADSUAS (**cadsuas.município** ou **cadsuas.estado**).

Problemas relativos à senha de acesso são solucionados exclusivamente pelo telefone:

**0800 707 2003**

Em caso de dúvida e/ou necessidade de apoio ou esclarecimento, entrar em contato com a respectiva Secretaria Municipal de Assistência Social ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail [vigilanciasocial@mds.gov.br](mailto:vigilanciasocial@mds.gov.br), ou pelos telefones (61) 2030-3000/ 3001/ 3118/ 3131/ 3132/ 3236, ou ainda pelo 0800 707 2003.

Recomenda-se o uso do navegador Mozilla Firefox para o preenchimento e o envio do questionário eletrônico.

## BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONSELHO

O Bloco I – Identificação do Conselho no Censo SUAS 2015 será extraído das informações já preenchidas nas abas 'Identificação' e 'Endereço' do Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS).



### Atenção!

Se a Unidade da qual se deseja preencher o questionário do Censo SUAS 2016 já está cadastrada no CADSUAS os dados de identificação já serão exibidos na página inicial do Censo.

## CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZE ESTES DADOS NO CADSUAS

### Nome que identifica o Conselho:

O nome que identifica o conselho é a denominação atribuída ao Conselho de Assistência Social – Estadual, Municipal ou do DF, a fim de melhor identificá-la. É composto da seguinte forma: “Conselho” + esfera de atuação (municipal, estadual) + “Assistência Social de” + Nome do município ou estado. Ex. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Feliz.

### Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc.):

Informe a identificação do endereço, por exemplo: rua, avenida, praça, quadra etc., onde se situa este CRAS

Endereço: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_

Informe o endereço deste Conselho de acordo com o nome da rua, avenida, praça, quadra etc. onde se localiza, conforme endereço de correspondência, considerado pelos Correios e Telégrafos (ECT).

### Atenção! EVITAR ABREVIÇÕES!

Complemento: \_\_\_\_\_

O complemento refere-se a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização. Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco.

Bairro: \_\_\_\_\_

Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situado o Conselho.

**Para o Distrito Federal**, deve ser informada a Região Administrativa na qual está localizado o Conselho ainda que este referencie mais de uma Região Administrativa.

### Ponto de Referência:

Informe um ponto de referência, local conhecido e próximo ao Conselho, que auxilie na sua localização. O ponto de referência é um local conhecido e estratégico (EX.: igreja, comércio, praça etc.) que possa auxiliar na localização do endereço mais facilmente, por exemplo, próximo à Igreja Matriz.

CEP: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Informe o Código de Endereçamento Postal da rua onde se situa o conselho, no seguinte formato: nn.nnn-nnn (ex:70.788-090).

### Município: (Seleção)

Selecione o município no qual está situado o Conselho.

**Para o Distrito Federal**, no campo Município deve ser informado Brasília, independentemente da Região Administrativa na qual está localizado o conselho.

UF: \_\_\_\_\_

Selecione a Unidade Federada na qual se situa este Conselho

**E-mail:** \_\_\_\_\_

Informe o endereço eletrônico deste CRAS. Se este CRAS não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênera, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

**DDD – Telefone:** |\_|\_|-|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_| **Ramal:** |\_|\_|\_|\_|\_|

Informe o número do telefone deste Conselho de Assistência Social Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: (61) 3433-8783. Caso neste Conselho não exista telefone, informe o da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênera, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal. Caso neste Conselho exista mais de um telefone, indique no campo específico o ramal que possa ser contatado.

**Fax:** |\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|\_|

Informe o número do FAX do Conselho de Assistência Social Estadual, Municipal ou DF, caso o mesmo possua.

## BLOCO 2 – LEI DE CRIAÇÃO, REGIMENTO INTERNO E LEGISLAÇÕES

### 1. Esse Conselho possui regimento interno?

**Regimento interno** é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. É, no caso, o conjunto de normas que rege, disciplina e regulamenta o funcionamento de um Conselho. Geralmente, é aprovado por meio de Resolução.

O Regimento Interno dos conselhos deve conter o detalhamento de suas competências, de acordo com o que está definido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), na Lei de criação do conselho e na [Resolução CNAS nº 237, de 2006](#). Fonte: Resolução CNAS nº237/2006 e [Orientações Gerais do CNAS para a Adequação da Lei de Criação dos Conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS](#).

**Sim**

Marque esta opção para os casos em que o conselho tem regimento interno elaborado e aprovado.

**Não (pule para a questão 3)**

Marque esta opção para os casos em que o conselho não tem regimento interno aprovado.

### 2. Caso sim, informe o ano da última atualização do Regimento:

|\_|\_|\_|\_|

Considere o ano da publicação do instrumento legal, ou o ano da sua última atualização.



#### **Atenção!**

Caso o Regimento nunca tenha sido atualizado,  
informe a data redação original.

**3. Quais conteúdos estão previstos nas normatizações do Conselho e em que instrumento está normatizado? (Admite múltiplas respostas)**

	Lei do Conselho	Regimento Interno	Outras normativas	Não está normatizado
<p><b>Processo de eleição da Presidência e Vice Presidência</b></p> <p>Informe se nas normativas estão descritos os critérios para concorrer à vaga de presidente e vice-presidente nas eleições do conselho.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil</b></p> <p>Informe se nas normativas estão descritos os critérios para concorrer à vaga de conselheiro da sociedade civil nas eleições do conselho; duração do mandato; direitos e deveres; funções; destituição do cargo; entre outras situações relevantes para o exercício do cargo.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Alternância na Presidência do Conselho entre representantes do governo e da sociedade civil</b></p> <p>Informe se as normativas descrevem os procedimentos legais a serem seguidos para que haja alternância na presidência do conselho entre representantes do governo e da sociedade civil.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste conselho o trâmite para substituição de conselheiros e perda de mandatos e em qual instrumento está normatizado.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Atribuição da Presidência do Conselho</b></p> <p>Informe se estão previstas nas normatizações deste Conselho as atribuições da Presidência do Conselho e em qual instrumento estão normatizadas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Atribuição da Vice-Presidência do Conselho</b></p> <p>Informe se estão previstos nas normatizações deste Conselho as atribuições da Vice-Presidência do Conselho e em qual instrumento estão normatizadas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Atribuição da Secretaria Executiva do Conselho</b></p> <p>Informe se estão previstas nas normatizações deste Conselho as atribuições da Secretaria executiva do Conselho e em qual instrumento estão normatizadas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Quantidade de vagas destinada a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência</b></p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p><b>social na representação da sociedade civil</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representante de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizada</p>				
<p><b>Quantidade de vagas destinada a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representante de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizada</p>	_	_	_	_
<p><b>Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representação de entidades ou organizações da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizada</p>	_	_	_	_
<p><b>Quantidade de vagas destinada a representantes de gestores municipais de assistência social na representação do governo a serem escolhidos no colegiado estadual de gestores municipais de assistência social – COEGEMAS (somente para Conselhos Estaduais)</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho Estadual a quantidade de vagas destinadas a representante de gestores municipais da assistência social, na representação do governo a serem escolhidos no colegiado estadual de gestores municipais da assistência social e em qual instrumento está normatizado.</p>	_	_	_	_
<p><b>Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário e em qual instrumento está normatizado</p>	_	_	_	_
<p><b>Formas de funcionamento das comissões permanentes</b></p> <p>Informe se estão previstas nas normatizações deste Conselho as formas de funcionamento das comissões permanentes e em qual instrumento</p>	_	_	_	_

está normatizadas				
<p><b>Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a divulgação prévia da pauta das reuniões ordinárias e em qual instrumento está normatizado</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a forma de publicização das atas do Conselho, ou seja, os meios de tornar público o conteúdo das atas, por exemplo: internet, sites, boletins informativos as atas do Conselho; e em qual instrumento está normatizado.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Meio em que são publicadas as resoluções do Conselho (diário oficial, jornal, etc.).</b></p> <p>Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho o meio de comunicação em que são publicadas as resoluções deste conselho e em qual instrumento está normatizado.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>A indicação das condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno</b></p> <p>Informe se estão previstas nas normatizações deste Conselho as condições que devem ser seguidas para alterar o Regimento Interno e em qual instrumento está normatizadas.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



## BLOCO 3 – ORÇAMENTO E INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

### 4. Na lei orçamentária de 2016 há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e ao funcionamento do conselho?



Considere como recursos específicos aqueles recursos orçamentários do órgão gestor que são reservados e transferidos regularmente ao conselho para sua manutenção e funcionamento.

**Sim**

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor da assistência no município transfere regularmente recursos para o funcionamento do conselho.

**Não**

Marque esta opção para os casos em que o conselho não recebe recursos do órgão gestor da assistência social para sua manutenção.

### 5. Os 3% dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD–Bolsa Família e IGD–SUAS) são destinados para custear despesas do funcionamento do Conselho?



**IGD/SUAS** - visa a avaliar a qualidade da Gestão Descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, bem como a articulação intersetorial. Conforme os resultados alcançados pelos entes, a União apoia financeiramente o aprimoramento da gestão do SUAS.

**IGD/PBF** - regulamentado pela [Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009](#), o resultado do índice é um número que varia de 0 a 1, revelando a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal e refletindo os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família ([Portaria GM/MDS nº 246/05](#)).



Com base nesse indicador, o Ministério (MDSA) repassa recursos aos municípios para a gestão do Programa. É importante observar que quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município. O repasse de recursos aos municípios, estados e ao Distrito Federal, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os respectivos fundos de assistência social.

É importante atentar que há a previsão legal de aplicação obrigatória de 3% dos recursos do IGD/PBF e do IGD/SUAS nos Conselho de Assistência Social. Sendo assim, responda se há ou não aplicação deste recurso no conselho.

**Sim**

Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou distrital **FAZ** uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD–PBF e IGD–SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.

**Não**

Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou distrital **NÃO FAZ** uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD–PBF e IGD–SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.

**Não sabe**

Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou distrital **NÃO SABE** se faz uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD/PBF e IGD/SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.

**6. O Conselho possui um local/sede específico para o seu funcionamento?**

*Local/sede específico refere-se a um local fixo, com endereço e salas para uso do Conselho e para a Secretaria Executiva*

Sede é o local onde o Conselho funciona regularmente. É o espaço em imóvel que o conselho ocupa para o desenvolvimento de suas atividades, para realizar suas reuniões ordinárias e para o funcionamento regular da Secretaria Executiva.

**Sim**

Marque esta opção para os casos em que o conselho funcione em local/sede específico.

**Não**

Marque esta opção nos casos em que o conselho **NÃO** funcione em local/sede específico

**7. No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?**

Para responder esta questão verifique se o espaço do conselho é compartilhado com outras instituições ou unidades.

**Sim**

Marque esta opção se o imóvel onde funciona o Conselho também é utilizado para o funcionamento de outras instituições ou unidades. Marque esta opção se pelo menos 1 dos espaços do Conselho é compartilhado.

**Não (pule para a questão 9)**

Marque esta opção se o imóvel onde funciona o Conselho é exclusivo para as atividades do Conselho de Assistência Social.

**8. Caso sim, indique quais: (Admite múltiplas respostas)**

Indique entre as opções listadas aquelas instituições ou unidades que funcionam no mesmo imóvel onde funciona o Conselho.

**Secretaria de Assistência Social ou congênere**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento da Secretaria de Assistência Social Municipal, Estadual ou do DF (ou congênere), quanto do respectivo Conselho.

**Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc.)**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento de outras unidades administrativas, tais como a sede da prefeitura municipal, administração regional, subprefeitura, secretaria(s) setorial(is) (secretaria municipal de educação, secretaria municipal de saúde, secretaria municipal de habitação, dentre outras) – quanto do respectivo Conselho.

**CRAS – Centro de Referência de Assistência Social**

Refere-se à utilização de um único imóvel para funcionamento tanto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto do Conselho.

**CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social**

Refere-se à utilização de um único imóvel para funcionamento tanto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) quanto do Conselho.

**Outra unidade pública de serviços da Assistência Social**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de outras unidades públicas que ofertam serviços de Assistência Social que extrapolem a função do Conselho (por exemplo: plantão social).

**Unidade de Saúde**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de unidade ou serviço de saúde. Esse item deve ser assinalado mesmo que seja compartilhado apenas um tipo de serviço da saúde, por exemplo, atendimento odontológico à comunidade.

**Escola**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de escola ou outra atividade escolar (classe de educação infantil, ensino fundamental ou médio, alfabetização de adultos, dentre outros).

**Associação Comunitária**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de associação comunitária de qualquer caráter, por exemplo, associação de moradores, clube de mães, cooperativas, entre outros.

**ONG/Entidade**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de uma (ou mais) ONG (Organizações Não-Governamental) ou outras Entidades vinculadas à sociedade civil, por exemplo, entidades religiosas, fundações ligadas a empresas, organizações internacionais, etc.

**Conselho Tutelar**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto do Conselho Tutelar.

**Outros Conselhos**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto do Conselho de outras políticas públicas, por exemplo, conselho da saúde, conselho dos direitos humanos, etc.

**Outros**

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto para a oferta de qualquer outro tipo de serviço ou atividade, que não sejam atribuições do Conselho ou da rede setorial mencionada nos itens anteriores.

**9. Descreva o espaço físico do Conselho: (Atenção! Cada sala deve ser contada uma única vez na descrição do espaço)**




**Atenção!**

É obrigatório preencher todos os campos relativos à quantidade de salas e de banheiros. Quando o espaço não existir deve ser inserido o valor 0 “zero” em todos os campos.

Cada sala deve ser contada APENAS uma vez na descrição do espaço.

<b>Salas de uso exclusivo do Conselho</b>	<b>Quantidade de Salas</b>
<p><b>Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas</b></p> <p>Informar o número de salas de <b>uso exclusivo</b> do Conselho, com capacidade máxima para 15 pessoas. Aqui devem ser contadas tanto as salas utilizadas para reuniões dos conselheiros, das comissões temáticas, se houver, como as salas que são utilizadas pela equipe da secretaria executiva.</p>	_ _ _
<p><b>Quantidade de Salas para mais de 15 pessoas</b></p> <p>Informar o número de salas de <b>uso exclusivo</b> do Conselho, com capacidade para mais 15 pessoas, incluindo as salas para reuniões plenárias, reuniões das comissões temáticas, se houver, como salas utilizadas pela equipe da secretaria executiva.</p>	_ _ _
<b>Salas de uso compartilhado (caso existam)</b>	<b>Quantidade de Salas</b>
<p><b>Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas</b></p> <p>Informar o número de salas de <b>uso compartilhado</b> do Conselho, com capacidade máxima para 15 pessoas. Aqui devem ser contadas tanto as salas utilizadas para reuniões dos conselheiros, das comissões temáticas, se houver, como as salas que são utilizadas pela equipe da secretaria executiva.</p>	_ _ _
<p><b>Quantidade de Salas para mais de 15 pessoas</b></p> <p>Informar o número de salas de <b>uso compartilhado</b> do Conselho, com capacidade para mais 15 pessoas, incluindo as salas para reuniões plenárias, reuniões das comissões temáticas.</p>	_ _ _

<p><b>Quantidade de Banheiros</b></p> <p>Informar o número total de banheiros existentes no espaço físico do Conselho, seja de uso exclusivo, seja de uso compartilhado.</p>	_ _ _
<b>Demais Ambientes</b>	<b>Possui?</b>
<p><b>Recepção</b></p> <p>Local para receber e prestar orientação a pessoas externas ao ambiente. Informar se no espaço físico existente no local de funcionamento do Conselho.</p>	_  Sim       _  Não
<p> Sobre os demais ambientes, basta indicar sua existência ou não.</p>	

**10. Assinale as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência e pessoas idosas que o Conselho possui:**

Indique se os espaços físicos do Conselho possuem condições de acessibilidade para pessoas idosas ou pessoa com deficiência, e se esses espaços estão em conformidade com a [NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas \(ABNT\)](#) que trata da “acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos” (NBR 9050).



Considere que o Conselho possui condições de acessibilidade em conformidade com a Norma da ABNT APENAS se as adaptações existentes forem suficientes para garantir o acesso e a participação da pessoa idosa ou com deficiência nas atividades desenvolvidas (rampa para entrada, acessibilidade nos banheiros e salas de atendimento etc.).

Condições de acessibilidade apresentadas	SIM De acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)	SIM Mas não está de acordo com a Norma da ABNT (NBR9050)	Não Possui
Acesso principal adaptado com rampas e rota acessível desde a calçada até as salas do Conselho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rota acessível aos espaços do Conselho (recepção, salas de reuniões e espaços de uso coletivo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rota acessível ao banheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Banheiro adaptado para pessoa com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**11. Quais os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades deste Conselho: *(Admite múltiplas respostas)***

Equipamentos e materiais são os objetos utilizados em uma unidade para a realização de suas atividades no cumprimento de suas funções.

Informe quais os equipamentos e materiais estão em perfeito funcionamento e disponíveis no local de realização de suas atividades para o uso dos conselheiros e da equipe técnica da secretaria executiva do Conselho.

- Telefone de uso exclusivo do Conselho
- Telefone de uso compartilhado
- Material de Escritório
- Equipamento de som
- Televisão (TV)
- DVD
- Datashow
- Máquina Fotográfica
- Veículo de uso exclusivo
- Veículo de uso compartilhado
- Acervo bibliográfico
- Máquina Copiadora
- Filmadora
- Impressora

**12. Indique a quantidade de computadores, em perfeito funcionamento, disponíveis para uso do Conselho:**

<b>Quantitativo de computadores de USO EXCLUSIVO do Conselho</b>	
<b>Quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho</b> Informe a quantidade total de computadores em funcionamento que seja de <u>USO EXCLUSIVO</u> do conselho.	_ _
<b>Quantos dos computadores de uso exclusivo estão conectados à internet</b> Dentre o número total de computadores do Conselho, informe a quantidade de computadores de <u>USO EXCLUSIVO</u> do conselho estão conectados à internet.	_ _
<b>Quantitativo de computadores de USO COMPARTILHADO (<i>uso pelo conselho e outro órgão/unidade</i>)</b>	
<b>Quantidade total de computadores de uso compartilhado</b> Informe a quantidade de computadores em funcionamento que seja de uso compartilhado com outras instituições ou unidades.	_ _
<b>Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet</b> Dentre o número total de computadores do Conselho, informe a quantidade de computadores compartilhados conectados à internet.	_ _

## BLOCO 4 – SECRETARIA EXECUTIVA

### 13. O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?

Secretaria Executiva é uma unidade administrativa de apoio e assessoramento técnico ao conselho. A secretaria tem como responsabilidade dar suporte à Presidência, ao Colegiado, às Comissões e aos Grupos de Trabalhos para o cumprimento de suas atribuições.

Deve-se Informar aqui se na estrutura do conselho existe a Secretaria Executiva.

Sim  Não (*pule para a questão 15*)

### 14. O (a) Secretário (a) Executivo (a) trabalha exclusivamente no Conselho?

Informar se o Secretário(a) Executivo(a) cumpre sua carga horária semanal de trabalho **APENAS** no Conselho, ou se cumpre parte de sua carga horária de trabalho em outras instituições ou unidades da administração pública.

Sim  Não

## BLOCO 5 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

### 15. Horário de funcionamento:

dias por semana

Informe o número total de dias de funcionamento do Conselho em uma semana típica de trabalho (sem feriados)



Considerar os dias de funcionamento normal da unidade. Se, eventualmente, o Conselho realiza alguma atividade no final de semana, deve ser preenchido que ele funciona 5 dias por semana.

horas por dia

Informe o número total de horas diárias de funcionamento do Conselho em um dia típico de trabalho (sem carga horária reduzida)



Se o período de funcionamento diário do Conselho for variado, é preciso calcular a média de funcionamento diário. **Exemplo:** se o Conselho funciona 7 horas de segunda a sexta e 5 horas no sábado, é preciso calcular a média de funcionamento diário, ou seja, 40 horas (por semana) dividido por 6 (dias por semana, o que resulta no funcionamento diário de 6,66 horas diárias). Como não é possível incluir números decimais, então é necessário arredondar o resultado. Se o resultado da média ficar entre 0.1 e 0.4, arredonda-se para baixo; e caso o resultado fique entre 0.5 e 0.9 deve-se arredondar para cima. No exemplo acima, o CRAS funciona 6,66 horas por dia, ou seja, 7 horas por dia com o arredondamento da média.



#### Atenção!

Considere para o cálculo do horário de funcionamento o período em que este Conselho encontra-se aberto para a recepção da população usuária dos serviços nele ofertados.

**16. O Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?**

Considere para responder esta questão a existência, ou não, de calendário das reuniões **ordinárias**, que são aquelas previstas no regimento interno, que fazem parte da programação anual das atividades do conselho.

Sim

Não

**17. Considerando todas as reuniões plenárias do Conselho (ordinárias e extraordinárias), quantas reuniões foram realizadas no ano de 2015? (não considerar as reuniões realizadas apenas por Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho - GT's).**



Informe o total de reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias) realizadas durante o ano de 2015 por este Conselho.

Reunião plenária é aquela em que houve a convocação dos membros do Conselho, tanto em **caráter ordinário**, ou seja, a reunião já estava programada para um período de tempo, quanto em **caráter extraordinário**, ou seja, reunião que ocorrem em dia ou hora diferentes dos que haviam sido definidos para as reuniões ordinárias.



**Atenção!**

Considerar apenas as reuniões plenárias.  
NÃO é para considerar as reuniões de Comissões Temáticas nem as de Grupos de Trabalho e similares.

reuniões realizadas.

**18. De que forma as atas do Conselho são publicizadas (torna-se de conhecimento para a sociedade)? (admite múltiplas respostas)**

Informar como o Conselho divulga para a sociedade as atas aprovadas em reuniões ou assembleias e os documentos que regulamentam e normatizam uma matéria (resoluções).

Para responder a esta questão considere “*publicizar*” a ação ou efeito de tornar público, de maneira formal ou informal, por exemplo: internet, sites, boletins informativos, etc.

Não são publicizadas

As atas não ficam disponibilizadas para acesso fácil e livre ao público.

Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária

As atas ficam guardadas no Conselho, e caso alguém tenha interesse em ter acesso deve ir até o conselho e solicitar a leitura.

São enviadas aos Conselheiros e/ou suas entidades

As atas das reuniões são entregues periodicamente aos conselheiros, seja pessoalmente, por e-mail ou correio.

São enviadas às entidades de Assistência Social que não estão representadas no conselho

As atas das reuniões são entregues periodicamente às entidades de assistência social, mesmo que não estejam representadas no conselho, seja por e-mail ou correio.



**São enviadas aos representantes e organizações de usuários que não estão representadas no conselho**

As atas das reuniões são entregues periodicamente às entidades de assistência social, mesmo que não estejam representadas no conselho, seja por e-mail ou correio.

**São enviadas às organizações e entidades de trabalhadores do setor que não estão representadas no conselho**

As atas das reuniões são entregues periodicamente às entidades de trabalhadores da assistência social, mesmo que não estejam representadas no conselho, seja por e-mail ou correio.

**Disponibilizados no site do Conselho**

As atas das reuniões são disponibilizadas no site conselho para livre acesso do público.

**Em Boletins produzidos pela área de assistência social**

As decisões das atas das reuniões fazem parte do conteúdo de publicações periódicas do conselho e são distribuídas à rede.

**19. As deliberações/resoluções do Conselho são publicadas em diário oficial?**

Informar se as decisões tomadas pelo Conselho e que são registradas por meio de atas ou resoluções são levadas ao conhecimento do público por meio do Diário Oficial.

**Todas as deliberações/resoluções são publicadas**

Marque esta opção se todas as deliberações/resoluções produzidas pelo conselho são publicadas em diário oficial.

**A maioria das deliberações/resoluções é publicada**

Marque esta opção se a maioria das deliberações/resoluções produzidas pelo conselho é publicada em diário oficial.

**A metade das deliberações/resoluções é publicada**

Marque esta opção se a metade das deliberações/resoluções produzidas pelo conselho é publicada em diário oficial.

**A minoria das deliberações/resoluções é publicada**

Marque esta opção se a minoria, das deliberações/resoluções produzidas pelo conselho é publicada em diário oficial.

**Nenhuma das deliberações/resoluções é publicada.**

Marque esta opção se nenhuma das deliberações/resoluções produzidas pelo conselho é publicada em diário oficial.

**20. O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF) tem Plano de Assistência Social?**

O **Plano de Assistência Social** é um instrumento de planejamento estratégico, cujo objetivo é nortear a execução da Política de Assistência Social. Este instrumento normativo está previsto na [Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004](#) e sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do respectivo Conselho de Assistência Social.

O Plano contém os objetivos da política, as diretrizes e as prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Indicar a existência ou não de Plano de Assistência Social no município, estado ou DF.

**Sim**                       **Não** (*pule para a questão 22*).

**21. O Conselho deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no caso do CEAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?**

De acordo com a NOB/SUAS, o Plano de Assistência Social (PAS) dos municípios, estados, ou DF, é um instrumento de gestão para o planejamento técnico e financeiro da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. A elaboração do PAS é de responsabilidade do órgão gestor da política e deve ser deliberado (aprovado ou não) pelo respectivo Conselho de Assistência Social.

Indicar se o conselho delibera pela a aprovação ou não do Plano de Assistência Social no município, estado ou DF.

**Sim**                       **Não**

**22. Assinale os temas discutidos pelo Conselho em 2015 (*Admite múltiplas respostas*)**

Como órgãos de caráter deliberativo e paritário, os Conselhos de Assistência Social têm a finalidade de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social. Aos conselhos cabe como principais atribuições: exercer a orientação e o controle do Fundo de Assistência Social avaliando e fiscalizando a gestão dos recursos; aprovar o Plano de Assistência Social e suas adequações; acompanhar e controlar a execução da política de Assistência Social; zelar pela implementação e pela efetivação do SUAS; aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a Assistência Social; aprovar o Relatório Anual de Gestão; entre outros. Neste item assinale o tema ou os temas discutidos por esse Conselho no ano de 2015

**Plano de Ação**

Informe se esse Conselho discutiu o Plano de Ação no ano de 2015

**Demonstrativo de Execução Físico Financeira**

Informe se esse Conselho discutiu o Demonstrativo de Execução Financeira de 2015

**Plano de Assistência Social**

Informe se esse Conselho discutiu o Plano de Assistência Social em 2015

**Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA)**

Informe se esse Conselho discutiu o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária (LOA) em 2015

**Deliberações da(s) Conferência(s)**

Informe se esse Conselho discutiu as deliberações das Conferências da Assistência Social

**Planejamento das atividades do Conselho**

Informe se esse Conselho discutiu o planejamento das atividades do Conselho em 2015

**Acompanhamento do Programa Bolsa Família**

Informe se esse Conselho discutiu o acompanhamento do Programa Bolsa Família em 2015

**Benefícios Eventuais**

Informe se esse Conselho discutiu sobre Benefício Eventuais em 2015

**Financiamento, implantação, organização e oferta de serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Básica**

Informe se esse Conselho discutiu o financiamento, implantação, organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais específicos da Proteção Social Básica no ano de 2015.

**Financiamento, implantação, organização e oferta de serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Especial**

Informe se esse Conselho discutiu o financiamento, implantação, organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais específicos da Proteção Social Especial no ano de 2015.

**Fiscalização da oferta de serviços públicos de Assistência Social**

Informe se esse Conselho discutiu à respeito de formas de realização da fiscalização da oferta de serviços público de assistência social em 2015.

**Fiscalização da oferta de serviços privados da assistência social**

Informe se esse Conselho discutiu a fiscalização da oferta de serviços privados da assistência social em 2015

**Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social**

Informe se esse Conselho discutiu sobre a intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social em 2015

**Participação popular e mobilização social**

Informe se esse Conselho discutiu sobre a participação popular e mobilização social em 2015

**Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros**

Informe se esse Conselho discutiu sobre capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros da Assistência Social em 2015

**Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho**

Informe se esse Conselho discutiu sobre a utilização do percentual mínimo previsto de 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades deste Conselho em 2015

**Avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal; estadual ou Distrital.**

Informe se esse Conselho discutiu sobre a avaliação da evolução do SUAS no âmbito municipal; estadual ou Distrital em 2015

**Denúncias**

Informe se esse Conselho discutiu sobre denúncias na área de assistência social recebidas por este conselho

**Plano Decenal**

Informe se esse Conselho o Plano Decenal da Assistência Social (pacto de metas, resultados e compromissos definidos para um período de 10 anos)

**Acompanhamento de programas e projetos da Política de Assistência Social nacional e local**

Informe se esse Conselho discutiu o acompanhamento de programas e projetos da Política de Assistência Social em âmbito nacional ou local

**Mobilização de usuários da Assistência Social para integração ao mundo do trabalho**

Informe se esse Conselho discutiu a respeito da mobilização de usuários da Assistência Social para integração no mundo do trabalho.

**Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e outros)**

Informe se esse Conselho discutiu a respeito de grupos populacionais tradicionais e específicos (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e outros)

**Inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola.**

Informe se esse Conselho discutiu a respeito da inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiários do BPC na escola.

**Outros.**

Informe se esse Conselho discutiu sobre outros assuntos não informados anteriormente. Caso marque essa opção, informe quais assuntos foram discutidos.

**23. O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento em seu município (ou no Estado no caso do CEAS, ou no DF no caso do CAS/DF)? *(resposta única)***

A [Resolução CNAS nº 32, de 31 de outubro de 2013](#), dispõe sobre o **Pacto de Aprimoramento** da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do governo federal, estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de novembro de 2010, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, e dá outras providências.

A resolução [CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013](#), dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a **gestão municipal** do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2015-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

**O Conselho conhece e acompanha as metas do pacto de aprimoramento.**

**O Conselho conhece, mas não acompanha as metas do pacto de aprimoramento.**

**O Conselho não conhece e não acompanha as metas do pacto de aprimoramento.**

**24. O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2014?**

O financiamento da Política de Assistência Social é detalhado no processo de planejamento, por meio dos orçamentos plurianuais e anuais, que expressa a projeção das receitas e autoriza os limites de gastos nos projetos e atividades propostos pelo órgão gestor e aprovados pelos conselhos, com base na legislação, nos princípios e instrumentos orçamentários e na instituição de fundos de Assistência Social, na forma preconizada pela [Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS](#) e pela [Lei nº 4.320/64](#).

O Conselho de Assistência Social, municipal, estadual, ou DF, em sua função de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos fiscalizará o oferecimento dos serviços socioassistenciais, dos benefícios eventuais, a execução de programas e projetos, as entidades governamentais e não governamentais prestadoras desses serviços, bem como a utilização dos recursos financeiros para este propósito.

Indicar se houve, ou não, deliberação do conselho sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2013.

**Sim**

**Não**

**25. O conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS? *(resposta única)***

Entre as competências dos conselhos, previstas no Art. 3º da [Resolução CNAS nº 237/2006](#), estão ações como:

V. acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

VI. normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VIII. propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;

XII. inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social em seus municípios, cabendo ao Conselho Estadual fazê-lo em caso de inexistência de Conselho Municipal

**Não fiscaliza *(pule para a questão 28)***

Marque esta opção se o conselho não realiza nenhuma fiscalização da rede socioassistencial pública e/ou privada existente no município, estado ou DF e passe para a próxima questão.

**Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS**

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial pública existente no município, estado ou DF (CRAS, CREAS ou CENTRO POP, entre outros).

**Sim, apenas a rede socioassistencial privada do SUAS**

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial privada existente no município, estado ou DF (Alguns serviços da assistência social podem ser prestados por entidades privadas ou públicas, é o caso dos serviços de acolhimento, do Centro Dia e Centro de Convivência, por exemplo).

**Sim, a rede socioassistencial pública e privada do SUAS**

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial pública e, também, a rede socioassistencial privada existente no município, estado, ou DF.

**26. Se sim, informe como a fiscalização é realizada: (resposta única)**

Nesta questão, deverão ser indicados os meios utilizados pelo conselho para a fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS.

**Por meio de visitas**

Marcar esta opção se o conselho SOMENTE realiza fiscalizações a partir de visitas aos locais em que se encontram as unidades que prestam serviços socioassistenciais da rede pública e privada.

**Por meio de análise de relatórios**

Marcar esta opção se o conselho SOMENTE realiza fiscalizações a partir da análise de relatórios sobre a aplicação dos recursos e execução dos serviços socioassistenciais por parte das unidades.

**Ambas as formas**

Marcar esta opção se o conselho, simultaneamente, realiza fiscalizações por meio de visitas e da análise de relatórios.

**27. O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?**

Nesta questão deverá ser considerada a existência ou não de um planejamento (cronograma, definição de estratégias, etc.) para as fiscalizações realizadas durante o ano.

**Sim**

Marcar esta opção se o conselho define um planejamento anual das atividades de fiscalização.

**Não, as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia.**

Marcar esta opção se o conselho NÃO define um planejamento anual das atividades de fiscalização e realiza fiscalização somente mediante denúncias recebidas.

**28. Com que frequência o Conselho aprecia o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social? (resposta única)**

Como parte das responsabilidades dos conselhos consta a apreciação do relatório de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social. Marque a frequência em que ocorre a disponibilização dos documentos comprobatórios das despesas realizadas pelo Fundo de Assistência Social, tendo em vista a transparência dos gastos públicos.

**mensalmente**

**bimestralmente**

**trimestralmente**

**quadrimestralmente**

**semestralmente**

**anualmente**

**Sem frequência definida**

Marque esta opção se o gestor municipal, estadual ou distrital apresenta ao Conselho o relatório de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social, mas sem frequência pré-estabelecida.

**29. O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para as entidades?**

De acordo com o item IX, do Art. 3º da [Resolução CNAS nº 237/2006](#), cabe aos Conselhos de Assistência Social: IX. Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento.

**Sim**

Dessa forma, nesta questão deverão indicar a opção 'Sim' aqueles conselhos que DELIBERAM a respeito do repasse de recursos para entidades.

**Não**

Deverão indicar a opção "Não" aqueles conselhos que, embora situados em estados ou municípios (ou DF) que possuem entidades privadas de assistência social, NÃO DELIBERAM a respeito do repasse.

**30. O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para municípios? *(Somente para Conselhos Estaduais)***

Os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS), além da deliberação sobre o repasse de recursos para entidades, discute o repasse de recursos para os municípios.

**Atenção!**

Esta questão só se aplica aos Conselhos Estaduais.



**Sim**

Marque esta opção se o Conselho Estadual delibera sobre o repasse de recursos para os municípios do Estado respectivo.

**Não**

Deverão indicar a opção "Não" aqueles conselhos que NÃO DELIBERAM a respeito do repasse de recursos para municípios.

**Não se aplica *(no caso de Conselhos municipais ou do DF)***

Este item deverá ser marcado pelos Conselhos Municipais.

**31. O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? *(Decreto 6.307/2007 e Resolução CNAS Nº 39/2010)***

Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Art. 1º do [Decreto 6.307, de 14 de dezembro de 2007](#)).

O mesmo Decreto prevê no § 2º do Art. 1º que a concessão dos Benefícios Eventuais será regulada pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O Art. 2º da [Resolução CNAS 39/2010](#) define como papel dos conselhos de assistência social e órgãos gestores promover e aprimorar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais afiançados na assistência social, referentes às provisões da política de saúde.

Informe se o Conselho possui ou não uma resolução própria regulamentando a concessão de Benefícios Eventuais.

**Sim**

**Não**

### 32. O Conselho é a instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?

A ICS deve atuar no acompanhamento de todos os componentes do Programa como o Cadastro Único para Programas Sociais, a Gestão de benefícios, as condicionalidades, a fiscalização e as oportunidades de desenvolvimento das capacidades das famílias desenvolvidas ou articuladas pelo município e os programas complementares.

Para responder a esta questão considere que o objetivo principal do controle social do Bolsa Família é garantir aos cidadãos espaço para o acompanhamento do Programa, visando a assegurar os interesses da sociedade, bem como permitir que suas demandas e necessidades sejam apresentadas ao poder público. Para o acompanhamento local do Bolsa Família, os municípios devem instituir a ICS.

Sim

Não

### 33. O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

A gestão do Programa Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela [Lei 10.836/2004](#) e regulamentado pelo [Decreto nº 5.209/2004](#).

Indicar se o Conselho fiscaliza ou não a execução do Programa Bolsa Família.

Sim

Não

### 34. O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestora Bipartite – CIB e da Comissão Intergestora Tripartite – CIT? *(resposta única)*

A CIB e a CIT são espaços de negociação e pactuação de caráter permanente para discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da assistência social. A CIB tem representatividade em dois níveis de gestão (estadual e municipal) e a CIT em três níveis de gestão (federal, estadual e municipal).

**Sim, com regularidade**

Marque esta questão para os casos em que o conselho acompanhe as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua, permanente.

**Sim, sem regularidade**

Marque esta questão para os casos em que o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.

**Não**

Marque esta questão para os casos em que o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.



**35. O Conselho acompanha os processos de pactuação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso dos municípios?**  
***(resposta única)***

**Sim, com regularidade**

Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.

**Sim, sem regularidade**

Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.

**Não**

Marque esta opção se o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.

**36. Com que frequência esse Conselho: (resposta única por linha)**

	FREQUENCIA				
	Nunca	Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente
<p><b>Recebe Denúncia</b> Denúncias são informações dadas em caráter sigiloso por usuários, trabalhadores, ou quais quer outras pessoas da rede, a respeito de casos de violação dos direitos dos usuários ou dos trabalhadores no âmbito da oferta dos serviços.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)</b> Reuniões ampliadas são reuniões em que não há participação somente de conselheiros, há participação de usuários, prestadores de serviços e trabalhadores da área.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)</b> Reuniões realizadas fora do espaço ou lugar fixo que o Conselho ocupa.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Realiza ações de mobilização social</b> Reuniões cujo objetivo é promover a participação social da comunidade. Podem envolver ações de apoio às reivindicações dos usuários, a promoção de fóruns, de conferências, de reuniões e de debates em torno da temática da assistência social.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Realiza visitas nas unidades da rede socioassistencial.</b> Reuniões realizadas no local nas unidades onde são prestados os serviços socioassistenciais. O objetivo destas reuniões é conhecer, fiscalizar e verificar a qualidade dos serviços e a aplicação de recursos conforme as finalidades previstas nos planos de assistência social.</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p><b>Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local</b> Reuniões em que o Conselho acompanha as votações e/ou discussões do Poder Legislativo Local</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**37. Atualmente, quantas Entidades possuem Inscrição no Conselho?**

A [Lei 8.742/1993, Lei Orgânica da Assistência Social \(LOAS\)](#), define, no art. 9º, que o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso. No § 2º, deste artigo, define que cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.

É de responsabilidade dos conselhos de assistência social, de acordo com o item XII, Art. 3º da [Resolução CNAS nº 237/2006](#):

XII. inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social em seus municípios, cabendo ao Conselho Estadual fazê-lo em caso de inexistência de Conselho Municipal.

Informe o total de entidades socioassistenciais da rede privada inscritas no conselho.

|\_|\_|\_|\_|

**38. Considerando a Resolução CNAS nº 14/2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal:**

A [resolução CNAS nº 14/2014](#), que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social prevê em seu Art. 4º que o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho de Assistência Social Municipal ou do Distrito Federal, conforme o caso.

O Art. 13 da [Resolução CNAS nº 16/2010](#) estabelece que os Conselhos de Assistência Social deverão estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios, publicizando o plano e todo o processo de inscrição por meio de resolução própria.

	Sim	Não
<p>O Conselho <b>regulamentou</b>, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), <b>a inscrição</b> das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?</p> <p>Informar se houve resolução do Conselho para regulamentar a inscrição das entidades, organizações, serviços, programas, projetos e benefícios.</p>	_	_
<p>O Conselho já <b>estabeleceu</b>, por meio de resolução, <b>o Plano de Acompanhamento e Fiscalização</b> das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios?</p> <p>A Resolução <a href="#">CNAS nº 16/2010</a> define, em seu art. 13, que os Conselhos de Assistência Social deverão estabelecer plano de acompanhamento e fiscalização das entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> O plano a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição, deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho de Assistência Social.</p>	_	_
<p>O Conselho <b>acompanha</b> a execução dos <b>Planos de Ação</b> apresentados pelas entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritas no conselho?</p> <p>A Resolução CNAS nº16/2010 define em seu art. 14 que as entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social o plano de ação do corrente ano. O CAS deverá analisar o plano de ação apresentado pela entidade, verificando se foram apresentados todos os itens exigidos, especialmente as adequações a serem implementadas até o final de 2013 para o cumprimento das normativas do CNAS, quando for o caso.</p>	_	_

**39. O Conselho acompanha o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2015?**

Informar se o Conselho acompanha e/ou propõe ações com vistas a atender às deliberações da Conferência de Assistência Social em seu âmbito de atuação.

- Sim, por meio de comissão específica constituída para tal fim.**
- Sim, por meio de comissão não específica.**
- Sim, através de relatórios de gestão.**
- Sim, por outros meios.**
- Não acompanha.**

## BLOCO 6 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

### 40. Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho? *(resposta única)*

Informar qual é o período que os conselheiros podem exercer suas funções no Conselho a partir da eleição, nomeação ou designação



Não é para considerar o período de recondução.

- 1 ano  
 2 anos  
 3 anos  
 4 anos ou mais

### 41. Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)? *(resposta única)*

Considere recondução a possibilidade de se manter no cargo sem a exigência de intervalo entre um mandato e outro.

1 vez

Marque essa opção, caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandato, for de uma vez.

2 vezes

Marque essa opção, caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandato, for de duas vezes.

3 vezes

Marque essa opção, caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandato, for de três vezes.

mais de 4 vezes

Marque essa opção, caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandato, for de quatro anos ou mais.

Não está estabelecido no regimento, nem na lei de criação do conselho.

Marque essa opção, caso não tenha sido estabelecido no regimento, nem na lei de criação deste conselho a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido por igual período no mandato.

### 42. O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?

O Presidente e Vice-presidente do conselho devem ser eleitos entre seus membros, em reunião plenária. A [Resolução CNAS nº 237/2006](#), em seu Art. 10 recomenda ainda, a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.

Informe se o Presidente e o Vice-Presidente são eleitos em reunião plenária do Conselho.

Sim                       Não

**43. Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?**

Informar se a presidência do Conselho é alternada após o término dos períodos dos mandatos entre representantes do governo e da sociedade civil na ocupação do cargo da presidência e vice-presidência do Conselho.

Sim  Não

**44. Quantos conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social são representantes do Conselho Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas) ou congêneres? (se nenhum informar “zero”)**

Informe a quantidade de conselheiros estaduais que são representantes do Coegemas.

|| **Conselheiros**



Caso não houver representantes no Coegemas, informe 0 “Zero”.

**45. Os representantes da sociedade civil no Conselho são: (resposta única)**

Informar de que maneira os representantes da sociedade civil são escolhidos para o cargo de conselheiro.

Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim

Indicados pelo poder público

Uma combinação dos dois

**46. Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil? (admite múltiplas respostas)**

Segundo a [Resolução CNAS nº 24/2006](#) no Art. 1º:

§ 1º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

§ 2º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

**O próprio usuário**

Marcar esta opção se são os usuários (pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, executados pela rede pública ou privada) que podem votar no processo de eleição dos representantes da sociedade civil.

**Os representantes e organizações de usuários**

Marcar esta opção se são os representantes de organizações de usuários (aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS) que podem votar no processo de eleição dos representantes da sociedade civil.

**47. Os representantes de usuários ou organização de usuários são: *(admite múltiplas respostas)***

Informar quais são os representantes de usuários ou organizações de usuários que fazem parte deste conselho.

- Beneficiários do Programa Bolsa Família**
- Beneficiário ou família de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada BPC**
- Usuários de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica**
- Usuários de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial**
- Representantes de associação comunitária ou de moradores**
- Representante de fórum ou coletivo de usuários**
- Outros. Qual(is)? \_\_\_\_\_.**

**48. Os representantes dos trabalhadores são: *(admite múltiplas respostas)***

Informar quem são os representantes de trabalhadores no conselho.

- Representante de sindicato de trabalhadores**
- Representante de conselho de classe profissional (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Conselho Regional de Psicologia – CFP, outros conselhos de classe)**
- Representante de associação, fórum ou coletivo de trabalhadores**
- Outros. Qual(is)? \_\_\_\_\_.**

**49. O conselho tem comissões permanentes?**

As comissões permanentes auxiliam e assessoram o conselho, em determinados temas, para que suas decisões e pareceres sejam baseados em informações e análises fundamentadas. Indique se o Conselho possui ou não comissões permanentes.

- Sim**
- Não *(pule para a questão 51)***

**50. Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse conselho? *(admite múltiplas respostas)***

Considere como permanentes aquelas comissões que se reúnem periodicamente, que têm membros fixos e que têm por responsabilidade discutir um tema específico.

- Comissão de normas**
- Comissão de política**
- Comissão de financiamento**
- Comissão de acompanhamento de conselhos *(esta opção só deve ser respondida pelos CEAS)*.**
- Comissão de ética**
- Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, outros)**
- Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades**
- Comissão de comunicação**
- Outras. Quais? \_\_\_\_\_.**



## 51. Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros:

Conselheiros são agentes públicos, conforme definido na [Lei 8.429/92](#), designados para desempenhar as atribuições que estão enumeradas no rol de competências do conselho. Em razão disso, devem observar os princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade) e o princípio infraconstitucional da supremacia do interesse público.



### Atenção!

Tendo em vista que o conselho é um órgão colegiado que deve ser constituído de forma paritária, nesta questão tem que ser informado no mínimo 2 (dois).

### |\_|\_| Titulares

Informar o número total de conselheiros titulares do Conselho.

### |\_|\_| Suplentes

Informar o número total de conselheiros suplentes, aqueles que assumem o cargo dos conselheiros titulares de forma automática em suas ausências ou por algum impedimento.

## 52. Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros:

Conforme dispõe o **Art. 16 da LOAS**, os conselhos têm composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução do CNAS nº 237/2006, em seu § 3º, art. 10, recomenda que “o número de conselheiros/as não seja inferior a 10 membros titulares”. Outra situação a ser considerada na composição dos Conselhos de Assistência Social é a proporcionalidade dos três segmentos que compõem a sociedade civil (usuários, trabalhadores e entidades de assistência social).

### |\_|\_| Representantes do governo

Informar o número total de conselheiros que representam o governo neste conselho.

### |\_|\_| Representantes da sociedade civil

Informar o número total de conselheiros que representam a sociedade civil neste conselho.

**BLOCO 7 – CONSELHEIROS****53. Indique os dados dos conselheiros conforme abaixo:**

NOME	Data de Nascimento	Sexo	Escolaridade	E-mail	Representação	Função	Data de Início do mandato	Data de término do mandato	CPF *
1)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
2)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
3)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
4)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
5)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
6)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
7)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
8)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
9)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	
10)	__/__/__	<input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	__		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	__/__/__	__/__/__	

\*O número de CPF é obrigatório. Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Escolaridade, Representação e à Função de cada conselheiro.

Escolaridade	Representação	Função	Vínculo
1- Sem Escolaridade	1. Governamental – Assistência Social	1. Apoio Administrativo	1. Sem vínculo
2- Ensino Fundamental Incompleto	2. Governamental – Educação	2. Conselheiro(a) Presidente	2. Comissionado
3- Ensino Fundamental Completo	3. Governamental – Saúde	3. Conselheiro Suplente	3. Servidor/Estatutário
4- Ensino Médio Incompleto	4. Governamental – Outras áreas	4. Conselheiro titular	4. Servidor Temporário
5- Ensino Médio Completo	5. Sociedade Civil - das entidade e Organizações de Ass. Social	5. Coordenador (a)	5. Empregado Público Celetista – CLT
6- Ensino Superior Incompleto	6. Sociedade Civil - organizações de usuários	6. Educador Social	6. Terceirizado
7- Ensino Superior Completo	7. Sociedade Civil - organizações dos trabalhadores	7. Estagiário (a)	7. Outro vínculo não permanente
8- Especialização	8. Sociedade Civil - organizações dos usuários	8. Outros	8. Trabalhador de empresa/Cooperativa/Entidad e Prestadora de Serviço
9- Mestrado		9. Secretário Executivo	9. Voluntário
10- Doutorado		10. Serviços Gerais	
		11. Técnico (a) Nível Médio	
		12. Técnico (a) Nível Superior	
		13. Vice-Presidente	



**Atenção!**

Preencha o quadro utilizando o número correspondente a **Escolaridade, Representação, Função e Vínculo** de cada conselheiro.

## **NOME**

Informar nome completo e sem abreviatura dos conselheiros do Conselho (Titulares e Suplentes).

## **DATA DE NASCIMENTO**

Informar a data de nascimento do(a) conselheiro(a).

## **SEXO**

Informar se o conselheiro é do sexo feminino (F) ou masculino (M)

## **ESCOLARIDADE**

Informar, de acordo com as opções do quadro, o maior nível de ensino cursado pelo conselheiro. Quando for o nível incompleto, significa que o conselheiro começou a cursar um nível de ensino, mas não o concluiu. Considerando que:

### **Sem Escolaridade**

Informar esta opção se o conselheiro nunca frequentou a escola.

### **Ensino Fundamental Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro (a) frequentou escola, mas não concluiu o Ensino Fundamental (8ª série).

### **Ensino Fundamental Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino fundamental, ou seja, concluiu a 8ª série e não completou o ensino médio.

### **Ensino Médio Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro(a) não completou o ensino médio, ou seja, não concluiu a 3ª série do Ensino Médio (ou algum outro curso técnico de nível médio)

### **Ensino Médio Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino médio, ou seja, concluiu o 3º Ano do Ensino Médio e não completou o Ensino Superior.

### **Ensino Superior Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro(a) não concluiu a graduação em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

### **Ensino Superior Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino superior, ou seja, concluiu um curso de graduação.

### **Especialização**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação lato sensu (Especialização).

### **Mestrado**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação stricto sensu – Mestrado.

### **Doutorado**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação stricto sensu – Doutorado.

## **REPRESENTAÇÃO**

Informar, de acordo com as opções do quadro, quem o conselheiro está representando, se é a sociedade civil ou o governo.

## **FUNÇÃO**

Informar qual a função ocupada pelo conselheiro no CMAS (ou CEAS ou CAS/DF): se presidente, vice-presidente, conselheiro titular ou suplente.

### **DATA DE INÍCIO DO MANDATO**

Informar qual o dia, mês e ano que o conselheiro tomou posse no Conselho, para a gestão atual. Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 27/08/2011.

### **DATA DE TÉRMINO DO MANDATO**

Informar qual o dia, mês e ano que será finalizado o período em que o conselheiro permanecerá no conselho exercendo suas funções de conselheiro (titular). Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 30/12/2010.

### **CPE**

O CPF é o cadastro de pessoa física na Receita Federal. O número é composto por 11 (onze) dígitos. Atenção: é obrigatório informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Conselheiro.

**Atenção!** Este dado é para uso interno e não será divulgado.

## BLOCO 8 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

### Identificação da pessoa responsável pelas informações prestadas pelo Conselho:

**Nome:** Nome completo e sem abreviatura do responsável pelo preenchimento deste formulário

**CPF:** O CPF é o Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal. O número é composto por 11 (onze) dígitos. Atenção: é obrigatório informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pelo preenchimento deste formulário.

**Data:** \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_

Informar em qual dia, mês e ano este formulário foi preenchido. Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 27/08/2010.

### Cargo/Função no Conselho:

Assinalar qual é o cargo ou função do responsável pelo preenchimento deste questionário.

**Presidente do Conselho**       **Vice- Presidente do Conselho**       **Outro Conselheiro(a)**  
 **Secretário(a) Executivo (a)**       **Outro Conselheiro(a)**

**Telefone:** (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

Informe o número do telefone de contato do responsável pelo preenchimento deste questionário no Conselho. Por exemplo: (61) 3433-8783. Caso o conselho não tenha telefone, informe o da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal.

**E-mail:** \_\_\_\_\_

Informe o e-mail do responsável pelo preenchimento deste formulário. Caso este não possua e-mail informe o e-mail do Conselho, da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, ou o da Prefeitura Municipal. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.



O e-mail informado deve ser institucional.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) ou Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF), conforme o caso.**